



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

213

**Registro: 2017.0000065494**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0071176-54.2014.8.26.0000, da Comarca de Jarinu, em que , são VICENTE CANDIDO TEIXEIRA FILHO (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARINU) e JUAREZ GUIMARÃES TEIXEIRA.

**ACORDAM**, em 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Acolheram a promoção da d. Procuradoria Geral de Justiça e DETERMINARAM imediata REMESSA dos presentes autos ao MM Juiz, na origem, findo o foro privilegiado em prol do acusado (CF, art. 29, X). Anote-se. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÉRGIO COELHO (Presidente), AMARO THOMÉ, CARLOS MONNERAT E SOUZA NERY.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2017.

**Costabile e Solimene**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Criminal

Ação Penal em face de Prefeito n. 0071176-54.2014.8.26.0000  
Investigado: Vicente Cândido Teixeira Filho (Prefeito Municipal de Jarinu)  
Comarca: Jarinu  
Voto 34.711

Prefeito Municipal. Foro privilegiado. Extinção do mandato.

Pela extinção do respectivo mandato, inquérito e ação penal contra ex-Prefeito devem retornar à origem.

Foro privilegiado que cede por ocasião da diplomação do substituto. Precedentes do col. STF. Leitura do art. 29, X da Const. Federal.

O col. Pretório Excelso cancelou o seu verbete 394 (RTJ 179/912-913), de sorte que, em respeito aos elevados preceitos republicanos, aqui não incide a *perpetuatio iurisdictionis*, que, ao tempo da súmula em comento, importava dissonante privilégio e intolerável prerrogativa.

Determinação: remessa imediata dos autos ao MM Juiz, no primeiro grau.

## RELATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

Ação Penal em face de Prefeito, em trâmite neste Sodalício, por conta do foro privilegiado, já com denúncia recebida. A d. Procuradoria Geral de Justiça, através petição de fl. 483, datada de 10.1.2017, reclama a remessa dos autos para a origem, tendo em vista a recente extinção do mandato do investigado, o que se acha comprovado no sítio eletrônico do e. Tribunal Superior Eleitoral (fl. 488), pronunciamento referendado pelo próprio réu em sua manifestação de fl. 486.

É o resumo do quanto necessário.

**V o t o   n.   34.711**

Uma vez diplomado o substituto do ora acusado, em 1º de janeiro de 2017, o requerido, somente até então, dispunha da prerrogativa do foro privilegiado, de sorte que, ao recebermos, na sessão de julgamento desta e. 9ª Câm. Criminal, realizada em 10.11.2016 (fls. 475 e 476), a denúncia, dispúnhamos de competência para tanto, na medida em que o réu se achava materialmente no exercício do cargo de Prefeito.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

Bem explica a e. Min. Rosa Weber acerca dos marcos inicial e final do foro privilegiado, por ocasião do julgamento, no col. Supremo Tribunal Federal, do RHC 120.356/DF, em 1.4.2014.

A competência da Corte estadual cede diante da diplomação superveniente do substituto, ocasião em que formalmente se extinguiu o mandato do increpado, que, naquela ocasião, entregou a administração ao sucessor.

O tema, recentemente, foi enfrentado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em 4 de janeiro de 2017, do HC 384.405/GO, em que rel. a Min. Laurita Vaz, dignos de nota os excertos seguintes:

*“Constata-se, de plano, a plausibilidade da tese jurídica sustentada pelos combativos Impetrantes, que está em consonância com o entendimento sedimentado neste Superior Tribunal de Justiça, também alinhado com o do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que 'a competência originária por prerrogativa de função dos titulares de mandatos eletivos firma-se a partir da*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

*diplomação' (HC 233.832/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 18/09/2012).*

*No mesmo diapasão, os julgados da Suprema Corte, v.g.: 'competência penal originária por prerrogativa de função que, cuidando-se de titular de mandato eletivo, firma-se na data de diplomação e faz nulo o recebimento da denúncia posterior a ela" (AP 371-QO, Relator Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, DJ 04-06-2004).*

*Portanto, em relação ao Paciente (1) NACOITAN (...), a partir de sua diplomação para o cargo de Prefeito, que atrai a prerrogativa de foro, a decisão decretada por juízo absolutamente incompetente é nula, a teor do comando do art. 567 do Código de Processo Penal ("A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente")" (verbis).*

Assim, então, ficou superada a primeira questão,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

incontroverso que o réu não mais é o Prefeito local, daí porque o caso é de imediata remessa dos autos à origem, inclusive em resposta ao pleito da d. Procuradoria Geral de Justiça (fl. 483).

Anoto que o col. Pretório Excelso cancelou o seu verbete 394 (*in* RTJ 179/912-913), de sorte que, em respeito aos elevados preceitos republicanos, aqui não incide a *perpetuatio iurisdictionis*, que, ao tempo da súmula em comento, importava dissonante privilégio e intolerável prerrogativa.

Irrelevante que a falta apontada na exordial seja comum e, se fosse o caso, tivesse acontecido durante o período de atividade funcional, na medida em que, não mais sendo Prefeito, não dispõe de prerrogativa de foro.

O Plenário do col. STF, então, assentou, seja pelo cancelamento da Súmula 394, seja pela declaração de inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal (com a redação dada pela Lei 10.628/2002) na ADI 2.797, Rel. Min. Sepúlveda



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**9ª Câmara de Direito Criminal**

Pertence, Plenário, DJ 19.12.2006, que não mais subsiste na ordem jurídica a possibilidade de extensão do foro por prerrogativa de função a ex-ocupantes de cargos públicos.

E de igual substância os julgados a saber, exarados na Suprema Corte: Rcl. 3302 AgR/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, 30.4.2014; e INQ I.376-AgR, rel. Min. Celso de Mello, DJe 16.3.2007.

**A N T E    O    E X P O S T O**, pelo meu voto, acolho a promoção da d. Procuradoria Geral de Justiça e **DETERMINO** imediata **REMESSA** dos presentes autos ao MM Juiz, na origem, findo o foro privilegiado em prol do acusado (CF, art. 29, X)

Anote-se.

**ROBERTO SOLIMENE**, relator